

Anexo III da Resolução n° 1 da CIMGC

Contribuição das PCHs Planalto e Santa Gabriela para o desenvolvimento sustentável

Introdução

O Grupo Brennand Energia originou-se em 2000 da divisão do Grupo Brennand e tem como foco a formatação de soluções em gestão e fornecimento de energia, nas áreas de atuação como Geração de Energia Elétrica, Comercialização de Energia Elétrica e Gestão de Energia Elétrica. A visão do Grupo é gerar emprego, energia e desenvolvimento. É com esse objetivo que a Brennand Energia desenvolve soluções eficientes em geração de energia elétrica. Pois considera que investir na força da natureza é o grande potencial da empresa, mas sem esquecer de preservar o meio ambiente e de desenvolver o país.

A instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) é uma prova do compromisso da Brennand Energia com o meio-ambiente e a sustentabilidade. Através da geração de energia elétrica por fontes limpas e renováveis, com projetos dentro dos padrões estabelecidos pelas leis e regulações ambientais vigentes no Brasil o Grupo está expandindo sua capacidade de geração no Brasil e demonstrando esse compromisso.

Dentro deste contexto destacamos a atividade de projeto que engloba as PCHs Planalto e Santa Gabriela, pequenas centrais hidrelétricas que somam 41,75 MW de potência instaladas, localizadas entre os municípios de Aporé e Cassilândia, estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e, respectivamente, entre os municípios Itiquira e Sonora, estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A PCH Planalto utiliza o potencial hidrelétrico do Rio Aporé, enquanto a PCH Santa Gabriela está localizada no Rio Correntes.

a) Contribuição para a sustentabilidade ambiental local

O sistema elétrico brasileiro vem historicamente investindo em grandes projetos hidrelétricos e, mais recentemente, em projeto de construção de usinas termelétricas. De acordo com a ANEEL (2008), o cenário preponderante é de que esta característica se mantenha, pois os investimentos priorizarão os aproveitamentos hidrelétricos, de médio e grande porte, localizados nas bacias

Anexo III da Resolução n° 1 da CIMGC

nas regiões centro-oeste e norte do país, com ênfase para a bacia amazônica. Geralmente, as atividades de construção e operação de grandes hidrelétricas podem afetar os recursos hídricos de uma região, além de, algumas vezes, incluírem o nivelamento de montes, a remoção de rochas, o enchimento de vales e causar outras alterações ao terreno existente, como a erosão e sedimentação do solo, resultado do trânsito das máquinas pesadas empregadas na construção. A modificação de recursos geológicos pode afetar diretamente os recursos biológicos da região, com a perda do *habitat* natural de várias espécies. Além disso, tais alterações afetam, direta ou indiretamente, dentre outras características, os padrões de volume e velocidade da hidrografia local, resultando no assoreamento dos cursos d'água e causando efeitos adversos à vegetação aquática e aos organismos biológicos residentes, tais como populações de peixes. Pequenas Centrais Hidrelétricas, não exigem a construção de grandes reservatórios, evitando os respectivos impactos no solo e nos cursos d'água uma vez que não haverá nenhuma interferência a jusante no regime fluvial, permanecendo as séries históricas de vazões exatamente iguais as que sempre foram, e por ter o reservatório em local encaixado, faz com que o formato do reservatório utilizado no projeto se assemelhe ao de um rio cheio.

As PCHs Planalto e Santa Gabriela satisfazem diversas exigências da legislação ambiental e do setor elétrico, como a legislação do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que exigem vários procedimentos antes do estabelecimento de novos empreendimentos, como licenças, permissões, estudos ambientais etc.,

b) Contribuição para o desenvolvimento das condições de trabalho e a geração líquida de empregos

Projetos como os das PCHs Planalto e Santa Gabriela estão associados à utilização intensiva de mão-de-obra durante a fase de construção das usinas. Porém há relativamente pequena escala de utilização de mão-de-obra durante a fase de operação e manutenção de PCHs. Entretanto, é importante notar que tais plantas localizadas em pequenas cidades são importantes para as comunidades

Anexo III da Resolução n° 1 da CIMGC

locais, pois aumentam a criação de empregos formais assim como a renda, o que não aconteceria na ausência dos projetos. Adicionalmente, a educação ambiental, como medida mitigadora estabelecida pelas compensações ambientais, auxilia para elevar o nível médio da educação local.

O perfil médio do empregado da construção civil é de poucos anos de educação formal. Este perfil dificultaria a busca de emprego formal de alto nível para estes trabalhadores. O projeto dessas PCHs oferece aos seus empregados todas as obrigações trabalhistas.

c) Contribuição para a distribuição de renda

Num primeiro momento, a distribuição de renda viria simplesmente da criação de emprego. No entanto, uma melhor distribuição de renda na região onde se encontram os projetos também decorre do incremento dos rendimentos no município. Da mesma forma, a população, indiretamente, se beneficiará dos impostos gerados pela venda da eletricidade. Esse saldo positivo de capital na região pode ser traduzido em investimentos na melhoria da infra-estrutura, da capacidade produtiva e da cobertura de necessidades básicas da população (educação e saúde). Se realizados, esses investimentos por sua vez beneficiariam a população local e indiretamente levariam também a uma melhor distribuição de renda.

Empregos formais e educação para a população também contribuem para uma melhor distribuição e aumento da renda, além de favorecer um potencial maior para a promoção do desenvolvimento regional.

d) Contribuição para a capacitação e desenvolvimento tecnológico

O Brasil tem um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, e um dos maiores conteúdos hidrelétricos na matriz energética. Grandes aproveitamentos hidrelétricos são concentrados e geralmente em regiões isoladas. Pequenos aproveitamentos possuem característica de geração distribuída e são localmente desenvolvidos.

Anexo III da Resolução n° 1 da CIMGC

A indústria de infra-estrutura para PCHs no Brasil tem sido inovadora e segue registrando direitos e patentes. Por outro lado, os projetos não criam nova tecnologia, que já está desenvolvida e disponível.

e) Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores

A mudança do paradigma convencional para um novo paradigma energético, que está relacionado ao propósito do projeto das PCHs Planalto e Santa Gabriela, “para um mundo que está se movendo em direção a uma abordagem sustentável para geração energética” que tem enorme influência entre outras coisas para um melhor meio ambiente, consiste naquele que usa energia renovável em vez de estoque limitado, pequena escala tecnológica em vez de grande e global e mercado liberado no lugar de monopólio. A geração descentralizada de energia contribui mais para o desenvolvimento sustentável que um centralizado. A integração regional desenvolvida através de uma rede descentralizada conectada à rede diminui a vulnerabilidade elétrica e a dependência de fontes específicas e limitadas de energia.

Portanto, a descentralização da geração promove integração e mais segurança para investimentos em uma região que passa a dispor de melhores garantias de suporte elétrico. Não é apenas a economia local que se dirige a um importante desenvolvimento durante a construção, mas também trazendo novos negócios após o período da construção, através de um aumento no suprimento de energia estável e limpa. A construção de PCHs alavanca a economia local, uma vez que a tecnologia influencia as atividades socioeconômicas nas regiões onde os projetos estão localizados.